



Agência Brasileira de Inteligência
Direção-Geral
Secretaria de Planejamento e Gestão
Departamento de Administração e Logística
Coordenação-Geral de Administração
Coordenação de Licitações e Contratos
Divisão de Compras e Licitações

ENCAMINHAMENTO DE MINUTA

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE USO

**TERMO DE CONTRATO DE CESSÃO DE
USO DE ESPAÇO PÚBLICO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DA AGÊNCIA BRASILEIRA
DE INTELIGÊNCIA DO GABINETE DE
SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E A
EMPRESA**

.....

A **UNIÃO**, por intermédio da **AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, com sede no **Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, CEP 70.610-905**, na cidade de **Brasília/DF**, inscrita no CNPJ sob o nº **01.175.497/0001-41**, neste ato representada pela **Diretora do Departamento de Administração e Logística, Senhora FÁTIMA APARECIDA FRANÇA QUEIROZ** nomeada pela **Portaria nº 2.281, de 12 de dezembro de 2016, da Casa Civil da Presidência da República, publicada no DOU de 13 de dezembro de 2016 e pela Portaria nº 53/DG/ABIN/GSI/PR, de 04 de fevereiro de 2021, inscrita no CPF sob o nº 258.617.511-53, portadora da Carteira de Identidade nº 695.022 SSP/DF**, doravante denominada **CEDENTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº sediado(a) na em doravante designada **CESSIONÁRIA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº **00091.012270/2021-24** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, do Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **cessão de uso de bem público a título precário, com encargos, de 01 (uma) área correspondentes a 112,05m², localizada na sede da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em Brasília/DF, para instalação e exploração de serviços de lanchonete/restaurante por empresa especializado no ramo**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato de **Cessão de Uso é de 60 (sessenta) meses conforme Termo de Referência, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes**, desde que haja autorização formal da autoridade competente e sejam observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os

serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da CESSIONÁRIA informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que a CESSIONÁRIA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2. A despeito do prazo de vigência ora estabelecido, a presente cessão de uso de imóveis públicos possui caráter precário e poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente do pagamento de qualquer indenização à CESSIONÁRIA.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO**

3.1. O valor mensal da cessão de uso é de R\$...... (.....), perfazendo o valor total de R\$......(.....).

3.2. Rateio da vigilância do complexo: conforme determinação do artigo 13. Inciso VII do Decreto 3.725/2001, que determina participação proporcional da cessionária no rateio da despesa com vigilância.

3.3. Rateio com energia elétrica e despesas com água e esgoto serão realizadas conforme proporcionalidade das áreas cedidas, considerando o valor mensal de cada conta.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. Tendo em vista que o objeto da contratação trata-se de cessão de uso remunerado, não há qualquer dispêndio financeiro por parte do erário da ABIN. Desse modo, não se justifica a previsão orçamentária para o referido processo.

5. **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à **CEDENTE** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. **CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE**

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente cessão de uso.

8. **CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela **CESSIONÁRIA**, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela **CEDENTE** são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CEDENTE E DA CESSIONÁRIA**

9.1. As obrigações da **CEDENTE e da CESSIONÁRIA** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - TERMO DE VISTORIA INICIAL**

10.1. No momento da celebração do contrato, dever-se-á realizar uma vistoria inicial, a ser reduzida a termo assinado pelo representante legal da CESSIONÁRIA, traduzindo, fielmente, o estado das parcelas cedidas do imóvel público.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. As sanções relacionadas à **cessão da área** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO**

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à **CESSIONÁRIA** o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A **CESSIONÁRIA** reconhece os direitos da **CEDENTE** em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos pela CESSIONÁRIA;

12.4.3. Indenizações e multas aplicadas à CESSIONÁRIA.

12.5. Finda, por qualquer motivo, a cessão de uso, a CESSIONÁRIA deverá devolver a parcela do imóvel sob sua responsabilidade no prazo de **15 (quinze) dias**, no exato estado em que o recebeu, de modo que as áreas e respectivas edificações sejam consideradas restituídas à CEDENTE somente após a assinatura de "Termo de Vistoria" pelas partes.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

13.1. É vedado à **CESSIONÁRIA** interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da **CEDENTE**, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à **CESSIONÁRIA** caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CEDENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá à CEDENTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO**

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da **cessão de uso de área objeto** deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do **Distrito Federal - Justiça Federal**.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília-DF, de..... de 2021

Representante legal da **CEDENTE**

Fátima Aparecida França Queiroz

Diretora do Departamento de Administração e Logística

Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

Representante legal da **CESSIONÁRIA**

TESTEMUNHAS:

1ª _____

NOME:

RG/CPF:

2ª _____

NOME:

RG/CPF: